

**RELATÓRIO DE  
GOVERNANÇA  
CORPORATIVA**

© Paraíba Previdência - PBPREV. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Governo do Estado da Paraíba – Paraíba Previdência (PBPREV). **Relatório de Governança Corporativa**. 1ª Edição. João Pessoa, Paraíba, 2022.

## **INFORMAÇÕES E CONTATO**

Paraíba Previdência – Pbprev, CNPJ: 06.121.067/0001-60

Avenida Rio Grande do Sul - Bairro dos Estados

CEP: 58.030-020 - João Pessoa - PB

Horário de Funcionamento

Segunda à Sexta: 8h às 13h

Telefone: (83) 2107 - 1100

E-Mail do Atendimento: atendimento@pbprev.pb.gov.br

Whatsapp: (83) 98130 – 8505

<http://pbprev.pb.gov.br/>

## **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **Presidente:**

José Antonio Coêlho Cavalcanti

### **Diretor Administrativo e Financeiro:**

Frederico Augusto Cavalcanti Bernardo

### **Procurador:**

Paulo Wanderley Camara

### **Gerente de Previdência:**

Michel Costa Carvalho

### **Assessora de Gabinete:**

Claudia Cristina Patrício Pereira

### **Gerente Contábil e Financeiro:**

Luiz Carlos Júnior

### **Coordenador de Orçamento e Execução Financeira:**

Roberto Brasil Siqueira

### **Gerente de Informática:**

Rivaldo da Silva Júnior

### **Coordenadora de Programas:**

Sabrina Rayza Margarete Fernandes Topel

### **Coordenadora Jurídica Administrativa:**

Clarissa Pereira Leite

### **Coordenadora Jurídica Previdenciária:**

Camilla Ribeiro Dantas

### **Coordenador da Comissão de Auditoria Interna**

Roberto Alves de Melo Filho

**Coordenadora de Concessão de Benefícios**

Juliane Jeronimo Vieira Torres

**Coordenadora de Manutenção de Benefício e Cadastro**

Emanuella Maria de Almeida Medeiros

**Coordenadora de Perícia Médica**

Juliana Aquino Teixeira Zorrilla



**Representantes PBPREV**

Titular/Presidente: José Antonio Coêlho Cavalcanti

Suplente: Frederico Augusto Cavalcanti Bernardo

Mandato: Permanente

**Representantes Secretaria de Estado da Administração**

Titular: Carlos Tibério Limeira Santos Fernandes

Mandato: Permanente

Suplente: Jacqueline Fernandes de Gusmão

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

**Representantes Poder Legislativo**

Titular: Evandro José da Silva

Suplente: Marcélia dos Santos Ferreira

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

**Representantes Poder Judiciário**

Titular: Eduardo Faustino Diniz

Suplente: Einstein Roosevelt Leite

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

**Representantes Ministério Público**

Titular: Reynaldo Di Lorenzo Serpa Filho

Suplente: Antônio Hortêncio Rocha Neto

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Tribunal de Contas**

Titular: Maria Zaira Chagas Guerra Pontes

Suplente: Ludmilla Costa de Carvalho Frade

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Servidores Militares**

Titular: TC Elson Janes Carneiro Braga

Suplente: TC Eduardo Alves Temoteo

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Servidores Civis**

Titular: Ruy Ramalho de Freitas

Suplente: Isabella Gondim do Nascimento Aires

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Inativos e Pensionistas**

Titular: Uyramir Veloso Castelo Branco

Suplente: Hilma Rabelo Carneiro Braga

Início Mandato: 19/12/2022 – Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Procuradoria-Geral**

Titular: Fábio Andrade Medeiros

Suplente: Lúcio Landim Batista da Costa

Início Mandato: 07/12/2021 – Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda**

Titular: Marialvo Laurenano dos Santos Filho

Suplente: Bruno Souza Frade

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

## **CONSELHO FISCAL**

### **Representantes Civis Ativos**

Titular/Presidente: Aurea Bustorff Feodrippe Quintão

Suplente: Rodolfo Emanuel Lima Serrano

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Civis Inativos**

Titular: Héliida Cavalcanti de Brito

Suplente: Maria do Socorro Rafel Setimi

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Militares Ativos**

Titular: TEN. Cel Márcio Bergson Fernandes

Suplente: Major José Jorge Lopes Xavier Junior

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Militares Inativos**

Titular: Cel. Ciro Santos

Suplente: Major Hermes de Arújo Souza Filho

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Conselho Administrativo**

Titular: Maria Zaira Chagas Guerra Pontes

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Procuradoria-Geral**

Titular: Paulo Márcio Soares Madruga

Suplente: Felipe de Brito Lira Souto

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes Controladoria Geral**

Titular: John Kennedy Ferreira

Suplente: Gleydon Farias Bronzeado

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda – SEAD**

Titular: Marialvo Laurenano dos Santos Filho

Suplente: Bruno Souza Frade

Início Mandato: 19/12/2022

Fim Mandato: 19/12/2024

### **FICHA TÉCNICA**

#### **Elaboração:**

**Frederico Augusto Cavalcanti Bernardo**

Diretor Administrativo e Financeiro

**Thiago Jesus Marinho Luiz**

Coordenador da Compensação Previdenciária



## **I – INTRODUÇÃO**

### **I.I A Instituição**

A PBprev – Paraíba Previdência é uma autarquia criada pela Lei Estadual nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003. Por força do art. 7º da Lei nº 7.721/2005, a PBprev encontra-se vinculada à Secretaria de Estado do Governo. Trata-se da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência dos servidores do ente Estado da Paraíba, contemplando 94.572 segurados em 31 de dezembro de 2022, dentre servidores efetivos ativos, civis e militares, aposentados e pensionistas, de todos os órgãos e Poderes do ente federativo.

A PBPREV confere atendimento aos 94.572 SEGURADOS em 01 sede própria, localizada na Capital, mais 05 postos de atendimentos regionais localizados nas Casas da Cidadania das cidades de Campina Grandes, Guarabira, Patos, Itaporanga e Cajazeiras, contemplando 96 SERVIDORES, dos quais 22 do quadro comissionado, incluindo 03 diretores executivos (01 Presidente, 01 Diretor Administrativo e Financeiro e 01 Procurador Chefe), além de 74 servidores efetivos cedidos de outros órgãos.

### **I.II. A missão**

Compete à PBprev a relevante missão de gerir o regime próprio de previdência dos servidores públicos efetivos do Estado da Paraíba, conforme as regras e os princípios jurídicos emanados do art. 40 da Constituição do Brasil, das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005, bem como das Leis Federais nº 9.717/1998 e nº 10.887/2004.

A gestão previdenciária envolve as atividades de controle e de arrecadação das contribuições patronal e dos servidores, tendo-se em vista a concessão, o pagamento e a manutenção das aposentadorias, reformas e pensões por morte devidas aos segurados do regime de previdência.

### **I.III. Os controles externos e internos**

A PBprev é uma entidade fortemente fiscalizada por diversos órgãos de controle, o que exige da instituição redobrado cuidado para não fugir das balizas legais. Por força do art. 9º da Lei nº 9.717/98, compete ao Ministério da Previdência

Social – MPS fiscalizar os regimes próprios dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Assim, impõe-se ao Governo do Estado e mais especificamente à PBprev o dever de se adequar a legislação previdenciária federal.

Ao Tribunal de Contas do Estado – TCE cabe analisar, para fins de registro, a legalidade de todos os atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões por morte, bem como as revisões que alterem seu fundamento legal (art. 71, inciso III, c/c o art. 75 da Constituição Federal).

Assim, qualquer aposentadoria ou pensão concedida pela PBprev terá sua regularidade apreciada pelo TCE-PB.

Outra atribuição de suma relevância da Cortes de Contas consiste em julgar as contas prestadas anualmente pelo ordenador de despesas da PBprev.

Finalmente, cabe a Controladoria Geral do Estado – CGE analisar os contratos e os convênios firmados pela PBprev, sem prejuízo de auditorias e inspeções para a análise da gestão dessa entidade.

## **II - RECEITAS E DESPESAS**

### **II.I Gestão orçamentária, financeira e contábil**

A gestão orçamentária, financeira e contábil da PBPREV é realizada de forma autônoma e tem por finalidade assegurar a correta aplicação dos recursos desta Autarquia, respeitando-se as determinações das leis orçamentárias, os princípios da administração pública e os limites administrativos impostos aos regimes próprios de previdência, bem como subsidiar a tomada de decisão, a prestação de contas e o controle social.

Neste capítulo, serão apresentadas as receitas e despesas realizadas no ano de 2022. Naquele ano, a PBPREV – Paraíba Previdência completou 10 (dez) anos de adoção da medida de segregação das massas para equacionamento do déficit financeiro e atuarial, agrupando-se os servidores estatutários efetivos que ingressaram no serviço público estadual a partir de 29 de dezembro de 2012 no novo Fundo Previdenciário Capitalizado, apartando-os dos demais servidores estatutários que contemplam sistema de partição simples até então existe,

denominado nesta oportunidade de Fundo Financeiro, integrado por servidores que ingressaram nos quadros estaduais antes daquela data.

## II.II – Fundos Previdenciários

### Fundo Previdenciário Financeiro

Contemplam os servidores efetivos que ingressaram no serviço público estadual de todos os poderes antes de 29 de dezembro de 2012, cujas contribuições previdenciárias são destinadas ao pagamento da folha de pessoal.

<b>ATIVOS FINANCEIRO</b>	
Civil	22.937

<b>INATIVOS e PENSIONISTAS FINANCEIRO</b>	
Inativo Civil	35.067
Pensionista Civil	9.567
<b>TOTAL</b>	<b>44.634</b>

### Fundo Previdenciário Capitalizado

Contemplam os servidores efetivos civis que ingressaram no serviço público estadual de todos os poderes após 29 de dezembro de 2012, vertendo-se as contribuições para o Fundo Capitalizado.

<b>ATIVOS CAPITALIZADO</b>	
Civil	8.834

<b>INATIVOS e PENSIONISTAS CAPITALIZADO</b>	
Inativo Civil	01
Pensionista Civil	17
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

**Fundo de Custeio de Proteção Social dos Militares do Estado da Paraíba  
SPSM/PB**

Contemplam os servidores militares efetivos do Estado da Paraíba, conforme Lei Estadual 11.812/2020, e as contribuições respectivas não possuem natureza previdenciária. Porém, o Sistema é gerido pelo RPPS estadual, conforme possibilidade prevista na Instrução Normativa SPREV n.º 05/2020.

<b>ATIVOS MILITARES</b>	
Militar	10.086

<b>INATIVOS e PENSIONISTAS MILITARES</b>	
Reformados	5.108
Pensionista Militar	2.955
<b>TOTAL</b>	<b>8.063</b>

**III - RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS**

A PBPREV, gestora única do Regime de Previdência do Estado da Paraíba, possui fontes de receitas previstas no Art. 13 da Lei Estadual 7.517/2003. As principais fontes as seguintes receitas:

- Contribuições do ente federativo, dos segurados ativos e inativos e dos pensionistas;
- Aportes do tesouro;
- Valores recebidos a título de Compensação Previdenciária,
- Receitas de aplicações e investimentos em mercado financeiro;
- Receitas do patrimônio imobiliário;

Atualmente, a maior parte dos recursos do RPPS é proveniente dos aportes realizados pelo Tesouro Estadual, realizado para cobrir a despesa com os beneficiários da PBPREV, haja vista a insuficiência da arrecadação com contribuições previdenciárias para custeio da folha de pagamento.

**III.I - Os aportes do Tesouro**

Essa figura surge pela insuficiência de receitas para honrar com despesas de aposentadorias, reformas e pensões. Assim, o Tesouro Estadual, por intermédio da Secretaria das Finanças, tem realizado “transferências financeiras” para

complementar a folha dos benefícios, conforme determina o Art. 2º, § 1º, da Lei nº. 9.717/98 com redação dada pela Lei nº 10.887/2004.

Por meio das planilhas abaixo, visualizamos o crescimento da folha de inativos e pensionistas, bem como os aportes do tesouro em prol do RPPS gerido pela PBPREV:

Folha de pagamento dos inativos e pensionistas					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Valor (R\$)	2.096.745.987,04	2.195.461.387,00	2.403.972.937,02	2.467.065.961,81	2.976.580.752,87
Variação	5,83%	4,71%	9,50%	2,43%	20,65%

Fonte: SIAF

APORTES DO TESOIRO					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Valor (R\$)	1.508.913.513,82	1.494.476.194,43	1.635.586.068,60	1.566.797.955,90	<b>1.899.811.574,37</b>
Variação	+ 23,4%	- 0,009%	+ 9,44%	- 4,20%	<b>+ 21,2%</b>

Fonte: SIAF

As planilhas em análise demonstram que os valores dispendidos com Folha de Pagamento aumentando e conseqüentemente o aporte do tesouro para mantê-los, comprometendo a máquina estatal.

### III.II - Compensação Previdenciária

Como é cediço, o COMPREV é o Sistema Eletrônico da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, pelo qual os Entes Federados realizam a compensação previdenciária dos respectivos Regimes Próprios de Previdência Social com o Regime Geral de Previdência Social do INSS, possibilitando o encontro de contas entre benefícios concedidos pelo RPPS (Regime Instituidor/RI) e o RGPS/INSS (Regime de Origem/RO).

A compensação previdenciária é uma das formas de capacitação de recursos financeiros para minimizar o custeio do sistema previdenciário pelo Tesouro, além de estar assegurada, nos moldes previstos no Art. 201, § 9º, da Constituição Federal,

para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca de contribuição na Administração Pública e na atividade privada, rural ou urbana, hipótese em que os regimes próprios de previdência e o Regime Geral do INSS se compensarão financeiramente, segundo os critérios estabelecidos pela Lei Federal 9.796/98.

Nesse contexto, a compensação previdenciária é uma espécie de acerto de contas entre o RGPS e os RPPS da União, dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal, referente ao tempo de contribuição utilizado na concessão de benefícios mediante contagem recíproca e/ou por contribuições anteriormente vertidas ao Regime Geral do INSS (Fluxo RO), de igual modo, de benefícios concedidos pelo RGPS com contribuições anteriormente vertidas à PBPREV (Fluxo RI).

A inclusão de um processo no sistema COMPREV também gera um valor de FLUXO ATRASADO, ou seja, o período acumulado correspondente ao fluxo de Regime de Origem contemplado entre a data de inclusão do requerimento e a concessão do benefício, até o limite de 60 meses, creditado no mês da análise do processo COMPREV.

Já o numerário correspondente aos benefícios concedidos no período compreendido entre 05 de outubro de 1988 a 05 de maio de 1999 deram ensejo ao denominado “ESTOQUE”, os quais representam recursos provenientes de benefícios em manutenção na data de 6 de maio de 1999, concedidos a partir de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal.

Na prática, cada vez que é compensado um benefício, o RPPS recebe um valor fixo em única parcela, a título de atrasado, mais o valor do FLUXO PRÓ-RATA, mensal, o qual será creditado em favor do RPPS enquanto persistir o benefício previdenciário concedido.

Durante o exercício de 2022, a PBPREV arrecadou **R\$ 52.498.140,58** com **COMPREV - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**.

Por fim, registre-se que o contrato formalizado junto à DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - fornecedora exclusiva da licença de software do NOVO COMPREV, possui vigência válida até dezembro de 2026.



## IV. INVESTIMENTOS DOS RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

### IV.I – Introdução

A PBPREV – PARAÍBA PREVIDÊNCIA, seguindo as diretrizes estabelecidas em sua Política de Investimentos para o exercício analisado, depreendeu esforços visando aplicar seus recursos financeiros disponíveis em operações financeiras que possibilitassem **menor risco**, **maior liquidez** e **maior rentabilidade**.

Neste contexto, a PBPREV optou em adequar a maior parte dos seus recursos disponíveis no segmento de **Renda Fixa** e pequena parte no segmento de **Renda Variável**, especificamente em fundos Multimercado e Investimentos no exterior, conforme previsto na Política Anual de Investimentos para 2022 e disposições dos Arts. 7º, 8º, 9º e 10º da **Resolução CMN n.º 4.963/21** do Conselho Monetário Nacional e alterações.

### IV.II – Investimentos

A **PBPREV – PARAÍBA PREVIDÊNCIA**, no ano de 2022, a fim de diversificar os investimentos e buscando atingir a meta atuarial, manteve relacionamento com as Instituições Financeiras, tendo suas aplicações financeiras ao final de **2022** distribuídas de acordo com a tabela abaixo (Tab. I).

**Tabela I – Instituições Financeiras e Produtos**

Instituição Financeira	Produto	CNPJ FUNDO
Banco do Brasil	BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35
Banco do Brasil	BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2 anos	13.322.205/0001-35
Banco do Brasil	BB Previdenciário Renda Fixa Fluxo	13.077.415/0001-05
Banco do Brasil	BB Ações ESG FIA – BDR	21.470.644/0001-13
Banco do Brasil	BB Previ Retorno Total	35.292.588/0001-89
Banco do Brasil	BB Ações Seleção Fator	07.882.792/0001-14
Banco do Brasil	BB JUROS E MOEDAS	06.015.368/0001-00
Banco do Brasil	BB AÇÕES EUROPEIAS	38.236.242/0001-51

Banco do Brasil	BB AÇÕES ASIATICAS	39.272.865/0001-42
Banco do Brasil	BB IMA-B 5 FIC RF PREV LP	03.543.447/0001-03
Banco do Brasil	BB AÇÕES GLOBAIS ATIVO	39.255.695/0001-98
Banco do Brasil	BB AÇÕES AGRO	40.054.357/00001-77
Banco do Brasil	BB INSTITUCIONAL RF	02.296.928/0001-90
CEF	FI BRASIL 2023 TP RF	44.683.378/0001-02
CEF	FI BRASIL 2024 TP RF	20.139.595/0001-78
Santander	Santander FIC FI RF IMA-B PREMIUM	14.504.578/0001-90
Santander	Santander FIC FI Soberano Curto Prazo	04.871.634/0001-70
Bradesco	Bradesco FIC FIM MACRO Institucional	21.287.421/0001-15
Bradesco	Bradesco FIA MID SMALL CAPS	06.988.623/0001-09
Bradesco	Bradesco H FI BOLSA AMERICANA	18.959.094/0001-96
Bradesco	Bradesco FI REFERENCIADO DI PREMIUM	03.399.411/0001-90
Banco do Nordeste	BNB RPPS PLUS	06.124.241/0001-29
XP Investimentos	TITULOS PUBLICOS	06.121.067/0001-60
XP Investimentos	Trend Cash FIC	45.823.918/0001-79

Com podemos observar no quadro acima, a PBPREV encerrou o **ano de 2022** com recursos alocados em 06 instituições financeiras de grande monta no mercado, com aplicações em 24 fundos de investimento, dos quais, a maioria lastreados em **Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Nacional**.

O Gestor de Recursos da PBPREV, em conjunto com o Comitê de Investimentos, optou por essa estratégia, pois a Taxa Selic esperada era de 13,75% ao ano e a meta atuarial de aproximadamente 11,03% ao ano.

O saldo ao final do ano está descrito na Tabela II.

### **Tabela II – Saldo Aplicado**



Aplicação	Saldo em 31/12/2022	% do RPPS	Artigo	Retorno (R\$)
BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M1 TP	R\$ 108.277.248,01	11,58%	7º I "b"	R\$ 1.206.562,78
BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2	R\$ 155.165.760,36	16,59%	7º I "b"	R\$ 1.868.111,53
BB Previdenciário Renda Fixa Fluxo	R\$ 1.986.728,70	0,21%	7º III "a"	R\$ 21.408,28
BB Ações ESG FIA – BDR	R\$ 51.112.114,79	5,47%	9º IIII	R\$ - 2.570.157,28
BB Previ Alocação Ativa FIC RF	R\$ 0,00	0,00%	7º I "b"	R\$ - 339.901,92
BB Previ Alocação Ativ Retorno Total FIC RF	R\$ 88.787.250,10	9,49%	7º I "b"	R\$ 1.071.206,67
BB INSTITUCIONAL RF	R\$ 49.254.501,79	5,27%	7º III "a"	R\$ 551.404,60
BB Quantitativo LP	R\$ 41.530.337,19	4,44%	8º I	R\$ - 1.093.859,56
BB JUROS E MOEDAS	R\$ 26.689.128,22	2,85%	10º I	R\$ 268.029,95
BB AÇÕES EUROPEIAS	R\$ 2.689.170,52	0,29%	9º III	R\$ - 27.625,70
BB AÇÕES ASIATICAS	R\$ 1.657.238,41	0,18%	9º III	R\$ -24.179,47
BB IMA-B 5 FIC RF PREVI	R\$ 72.091.379,90	7,71%	7º I "b"	R\$ 652.776,41
BB AÇÕES GLOBAIS ATIVO	R\$ 9.299.404,89	0,99%	9º III	R\$ - 384.0552,41
BB AÇÕES AGRO	R\$ 26.879.327,74	2,87%	8º I	R\$ - 725.797,71
CEF – FI BRASIL 2023	R\$ 37.452.568,62	4,00%	7º I "b"	R\$ 352.952,41
CEF – FI BRASIL 2024	R\$ 34.763.526,20	3,72%	7º I "b"	R\$ 452.444,60
Santander FI RPPS IMA-B Premium	R\$ 1.369.776,91	0,15%	7º I "b"	R\$ -3.070,54
Santander FI Soberano CP	R\$ 5.585,03	0,00%	7º III "a"	R\$ 59,22
Bradesco FIC FIM Macro Institucional	R\$ 11.322.198,22	1,21%	10º I	R\$ 126.057,40

Bradesco FIA MID SMALL CAPS	R\$ 12.103.956,52	1,29%	8º I	R\$ - 324.974,73
Bradesco H FI BOLSA AMERICANA	R\$ 30.478.926,23	3,26%	10º I	R\$ - 1.568.411,04
Bradesco FI REFERENCIADO DI PREMIUM	R\$ 108.470.007,21	11,60%	7º III "a"	R\$ 1.250.035,69
BNB PLUS FIC RF LP	R\$ 18.125.301,93	1,93%	7º III "a"	R\$ 193.218,25
TITULOS PUBLICOS	R\$ 45.252.179,75	4,83%	7º I "a"	R\$ 392.800,67
Trend Cash FIC	R\$ 409.465,09	0,04%	7º I "b"	R\$ 1.018,36
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 935.173.082,33</b>	<b>100,00%</b>		<b>R\$ 1.346.056,46</b>

No **Fundo Financeiro** com aplicações em fundos de investimentos cujas carteiras respeitam o que determina o inciso I, alínea "b" do art. 7º da Resolução CMN n.º 4.963/21, com exceção do Fundo Soberano que se enquadra no inciso III alínea "a" da mesma resolução.

No tocante ao **Fundo Capitalizado**, em razão da necessidade de diversificação, encerramos o **Exercício de 2022** com aplicações em fundos de investimentos cujas carteiras respeitam o que determina os incisos I, alínea "b" e III, alínea "a" do art. 7º, além do inciso I do art. 8º, inciso III, art. 9º, III, e inciso I, art. 10º da Resolução CMN n.º 4.963/21.

### **Tabela III - Resumo da Movimentação Financeira (em R\$)**

No período analisado temos movimentação de aplicações e resgates:

<b>Valor Inicial</b>	R\$ 733.290.153,88
<b>Aplicações</b>	R\$ 1.287.892.961,89
<b>Resgates</b>	R\$ 1.126.274.959,48
<b>RENDIMENTO LIQUIDO</b>	R\$ 40.264.926,05
<b>Valor Final</b>	<b>R\$ 935.173.082,33</b>

O rendimento líquido total obtido no período analisado foi no montante de **R\$ 40.264.926,05** (quarenta milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e cinco centavos), ou seja, houve uma **variação patrimonial positiva** no período, resultado da diversificação e da recuperação do mercado financeiro, conforme veremos na análise do cenário econômico.

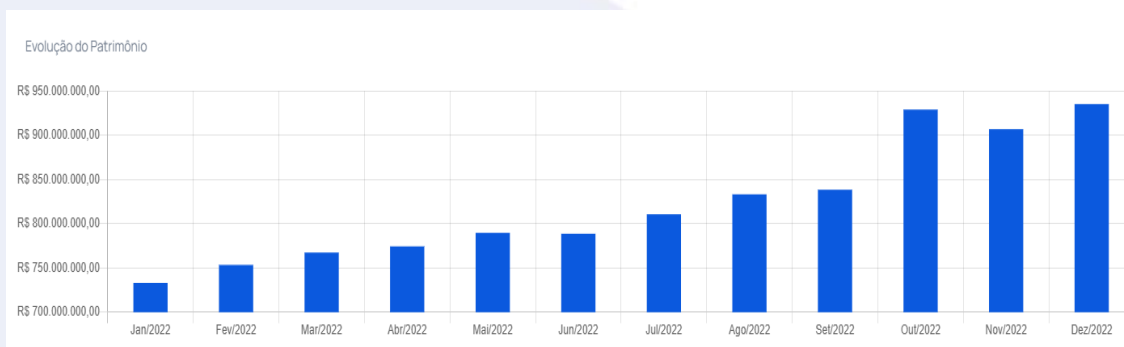
#### IV.III – Rentabilidade dos Investimentos

Para efeito de comparativo (Tabela IV), o cálculo das rentabilidades foi feito através da média das rentabilidades obtidas nos fundos de investimentos ponderados pelo montante e período de cada aplicação, devido aos constantes resgates que se fizeram necessários.

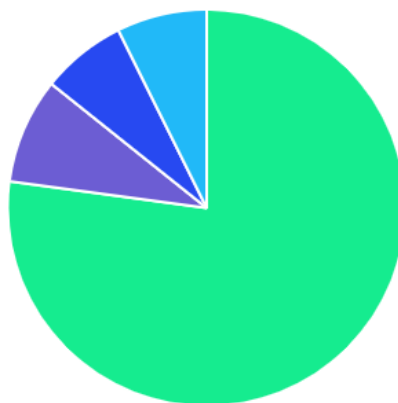
**Tabela IV– Comparativo de Rentabilidade**








Rentabilidade		Meta		Gap		VaR
Mês	Acum.	Mês	Acum.	Mês	Acum.	
0,12%	4,71%	1,03%	11,07%	-0,91%	-6,36%	0,4283%

Analisando a tabela, podemos verificar que no ano de 2022 a rentabilidade dos recursos do **RPPS – PBPREV no fundo capitalizado no acumulado ficou em 4,71%** e abaixo da **meta atuarial anual**, atingindo apenas 42,83% dessa meta.



CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	77,14%	R\$ 721.411.279,60	<span style="color: green;">■</span>
Renda Variável	8,61%	R\$ 80.513.621,45	<span style="color: purple;">■</span>
Estruturados	7,32%	R\$ 68.490.252,67	<span style="color: cyan;">■</span>
Exterior	6,92%	R\$ 64.757.928,61	<span style="color: blue;">■</span>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 935.173.082,33</b>	



GESTOR	PERCENTUAL ▼	VALOR	LEG.
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	67.95%	R\$ 635.419.590,62	
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	17.36%	R\$ 162.375.088,18	
CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	7.72%	R\$ 72.216.094,82	
TÍTULOS	4.84%	R\$ 45.252.179,75	
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	1.94%	R\$ 18.125.301,93	
SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	0.15%	R\$ 1.375.361,94	
XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA.	0.04%	R\$ 409.465,09	
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 935.173.082,33</b>	

#### IV.IV – Análise do Cenário Econômico

A economia brasileira deu alguns sinais de recuperação ao longo do ano, mesmo com a atuação para conter a inflação do período. No primeiro trimestre de 2022, por exemplo, o PIB do Brasil aumentou 1,2%. Com isso, ocorreram diversas revisões sobre as expectativas de crescimento brasileiro. Conforme dados do Ipea, a previsão de aumento do PIB passou para 3,1% no começo de dezembro. Embora isso não signifique que o resultado se repetirá em 2023 — devido às condições e expectativas do mercado financeiro —, o desempenho econômico em 2022 está alinhado a um cenário de recuperação.

No geral, os desafios concretizados em 2022 contribuíram para uma desaceleração do cenário global. Porém, nem todos os países sentiram os impactos da mesma forma. Os países desenvolvidos, como EUA e integrantes da União

Europeia, foram mais afetados ao longo do ano pela pressão dos preços das commodities e pela inflação que ainda não havia sido controlada.

**Inflação e deflação:** Ao longo de 2022, um dos principais fenômenos que ocorreram no mercado nacional e no mercado global foi a inflação persistente. Nos Estados Unidos, por exemplo, a inflação atingiu o patamar recorde nos últimos 40 anos, quando chegou a 9,1% acumulados em 12 meses, em junho. Outros mercados sofreram com efeitos semelhantes. No Brasil, entretanto, o cenário contrário também ocorreu: deflação. De fato, entre julho e setembro, o Brasil registrou três períodos mensais de deflação consecutivos. Essa situação ocorreu, principalmente, devido às medidas adotadas pelo Governo Federal, como a redução ou eliminação de impostos sobre os combustíveis.

**Taxa Selic:** Quando ocorre um aumento no nível de inflação, é comum que as entidades monetárias dos países tomem medidas para conter o avanço dos preços. No caso do Brasil, a principal estratégia adotada pelo Banco Central é o aumento da taxa Selic. Na primeira reunião do Copom em 2022, ocorrida em fevereiro, a taxa passou de 9,25% para 10,75% ao ano. Nas outras quatro reuniões — em março, maio, junho e agosto — ocorreram novos aumentos, até que a taxa chegasse a 13,75% ao ano.

**Aumento dos juros pelo mundo:** Como a inflação não afetou apenas o Brasil, outros países também realizaram aumentos em suas taxas de juros. Os crescimentos mais significativos e impactantes ocorreram nos Estados Unidos. Ao longo de 2022, o FED realizou 5 aumentos consecutivos na taxa de juros americana. Com isso, ela passou a estar na faixa de 4,25% a 4,5%. Além dos EUA, outros mercados realizaram uma alteração semelhante. O Banco Central Europeu, por exemplo, aumentou a taxa de juros da Zona do Euro para 2,5%, com o objetivo de diminuir a inflação. Já na Inglaterra, a taxa subiu para 3,5% ao ano, sendo o maior valor alcançado nos últimos 14 anos.

**A volta da renda fixa:** A taxa de juros brasileira aumentou em 2022 e a renda fixa é especialmente impactada por esse aumento, já que títulos prefixados, pós-fixados e híbridos dependem, direta ou indiretamente, do comportamento da Selic. É por isso que, no segundo trimestre de 2022, a renda fixa representava mais de 60% dos investimentos dos brasileiros. O número caracteriza o maior patamar

trimestral desde 2018, segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**Desempenho do Ibovespa:** Logo no começo de 2022, o Ibovespa — principal índice de ações brasileiro — apresentava uma tendência de alta. Somente em janeiro, o índice teve uma valorização de 7% no mês. No entanto, esse resultado passou a ser revertido ainda no primeiro semestre, quando ocorreram diversas quedas no desempenho da bolsa brasileira. Um dos motivos para essa situação foi a guerra entre Rússia e Ucrânia. Com a disputa no Leste Europeu, houve um aumento no preço das commodities e uma percepção mais elevada a respeito do risco global. O aumento da taxa de juros nos EUA é mais uma situação que ajuda a justificar a queda da bolsa brasileira. Isso ocorre, principalmente, porque os títulos do Tesouro americano são considerados os investimentos mais seguros do mundo. Ainda, vale considerar a realização das eleições gerais em outubro e a percepção de risco fiscal, relacionado à condução da política econômica. Afinal, esses fatores contribuíram, de certa maneira, para o movimento da bolsa brasileira no segundo semestre de 2022.

**Valorização e queda do dólar:** No caso do cenário nacional, o dólar chegou a ser negociado por R\$ 5,50, em 24 de janeiro. Para entender a volatilidade do câmbio e do mercado, em geral, basta notar que o dólar também atingiu seu menor valor em 2 anos ao longo de 2022. Foi em abril que a moeda norte-americana chegou a ser negociada a R\$ 4,66. No Brasil, alguns motivos ajudam a justificar o comportamento do dólar, como a saída de investidores internacionais da bolsa brasileira. Também tem peso o contexto de inflação elevada, já que o cenário pode indicar uma deterioração econômica, aumentando a aversão ao risco dos investidores.

#### **IV.V - Encerramento do Exercício 2022**

A carteira de investimentos da Paraíba Previdência - PBPREV encerrou o mês de **DEZEMBRO de 2022** com saldo de **R\$ 935.173.082,33**, resultado dos fundos Financeiro e Capitalizado.

#### **V - CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS**

Por ser uma entidade integrante da Administração Indireta do Estado da Paraíba, a PBPREV, na contabilização das receitas e das despesas do RPPS, utiliza



o SIAF – Sistema Integrado de Administração Financeira. Tal sistema foi estruturado obedecendo à legislação contábil da Secretaria do Tesouro Nacional, em especial a Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, que trata dos Manuais de Receita e de Despesa Nacional – 9ª Edição.

Por sua vez, os registros contábeis das operações com recursos previdenciários e as demonstrações contábeis do regime são elaboradas em harmonia com a Lei nº. 4.320/1964, observando, ainda, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade as suas respectivas Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC.

No que diz respeito especificamente à legislação previdenciária, a PBPREV efetiva sua contabilização, separando suas contas bancárias em relação às contas do tesouro estadual. Contudo, a exigência de “registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor” (art. 1º, inciso VII, da Lei nº. 9.717/98), ainda não foi observada, pelas dificuldades operacionais que envolve, sobretudo, no campo da tecnologia da informação. Ademais, é feito manualmente, o registro das contribuições do Servidor e Patronal de cada órgão ou entidade do ente federativo no SIAF.

## **V.I - Receitas**

A composição das receitas do Fundo Previdenciário Financeiro, Fundo de Custeio do Sistema de Pagamento de Militares e do Fundo Previdenciário Capitalizado, nos exercícios de 2021 e 2022, pode ser demonstrada, conforme a seguinte planilha:

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA – FUNDO FINANCEIRO</b>		
<b>RECEITAS</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>328.489.531,14</b>	<b>414.727.783,87</b>
Receita de Contribuições	298.818.045,63	359.687.606,51
Receita Patrimonial	430.913,49	2.321.887,55
Outras Receitas Correntes	29.240.572,02	52.718.289,81



<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>130.500,00</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>399.481.036,91</b>	<b>475.474.992,92</b>
Receita de Contribuições	395.000.756,91	471.634.752,92
Receita Patrimonial	4.480.280,00	3.840.240,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
<b>RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>727.970.568,05</b>	<b>890.333.276,79</b>
<b>TRANF. FINANC. RECEBIDAS (“aportes”)</b>	<b>1.344.354.180,12</b>	<b>1.598.406.534,24</b>
<b>ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
FONTES DO TESOURO (%)	64,87	64,23
FONTES PRÓPRIAS (%)	35,13	35,77
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA – FUNDO MILITAR</b>		
<b>RECEITAS</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>86.357.499,53</b>	<b>104.639.558,64</b>
Receita de Contribuições	86.221.141,53	103.869.705,56
Receita Patrimonial	136.358,00	734.320,11
Outras Receitas Correntes	0,00	35.532,97
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>85.696.518,45</b>	<b>103.752.320,87</b>
Receita de Contribuições	85.696.518,45	103.752.320,87
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
<b>RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>172.054.017,98</b>	<b>208.391.879,51</b>
<b>TRANF. FINANC. RECEBIDAS (“aportes”)</b>	<b>222.443.775,78</b>	<b>301.405.040,13</b>



	2021	2022
<b>ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA</b>		
FONTES DO TESOIRO (%)	56,39	59,12
FONTES PRÓPRIAS (%)	43,61	40,88
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

O artigo 1º, inciso I, da Lei nº. 9.717/98, com alterações trazidas pela Lei nº. 10.887/2004, dispõe no sentido de que a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos serão financiados, respectivamente, pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Diante do exposto acima, houve a necessidade do Estado da Paraíba aportar recursos no montante de R\$ 1.899.811.574,37, sendo R\$ 1.598.406.534,24 para o Fundo Financeiro e R\$ 301.405.040,13 para o Sistema de Pagamento de Militares – SPSM/PB.

As Contas Contábeis utilizadas para escrituração dos repasses do Tesouro seguem:

Repasso para Cobertura de Insuficiências Financeiras -  
**4.5.1.3.2.01.01.000.0.000000.00000;**

Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) Intra OFSS - **4.5.1.5.2.00.00.000.0.000000.00000**

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA – FUNDO CAPITALIZADO</b>		
	2021	2022
<b>RECEITAS</b>		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>59.860.632,70</b>	<b>95.133.082,20</b>
Receita de Contribuições	47.418.908,69	57.867.445,24
Receita Patrimonial	12.441.724,01	37.265.636,96
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>78.355.050,87</b>	<b>96.968.857,36</b>
Receita de Contribuições	78.355.050,87	96.968.857,36

Receita Patrimonial	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>138.215.683,57</b>	<b>192.101.939,56</b>

## V.II - Despesas

No exercício de 2022, a composição das despesas do Fundo Previdenciário Financeiro pode ser demonstrada nestes termos:

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE 2022 (R\$)</b>			
<b>ITENS DA DESPESA</b>	<b>CUSTEADA COM TRANSFERÊNCIA DO ESTADO</b>	<b>CUSTEADA COM FONTE PRÓPRIA</b>	<b>PARTICIPAÇÃO TOTAL (%)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.597.422.851,36	869.350.939,37	99,37
Outras Despesas Correntes	0,00	15.644.011,29	0,63
Investimentos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.597.422.851,36</b>	<b>884.994.950,66</b>	<b>100,00</b>

No Fundo de Custeio do Sistema de Pagamentos de Militares as despesas do exercício 2022 pode ser demonstrada assim:

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE 2022 (R\$)</b>			
<b>ITENS DA DESPESA</b>	<b>CUSTEADA COM TRANSFERÊNCIA DO ESTADO</b>	<b>CUSTEADA COM FONTE PRÓPRIA</b>	<b>PARTICIPAÇÃO TOTAL (%)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	301.404.690,88	207.934.235,51	100,00
Outras Despesas Correntes	349,25	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>301.405.040,13</b>	<b>207.934.235,51</b>	<b>100,00</b>

Já a composição das despesas do Fundo Previdenciário Capitalizado da PBPREV no exercício de 2022 pode ser demonstrada nestes termos:

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE 2022 (R\$)</b>			
<b>ITENS DA DESPESA</b>	<b>CUSTEADA COM TRANSFERÊNCIA DO ESTADO</b>	<b>CUSTEADA COM FONTE PRÓPRIA</b>	<b>PARTICIPAÇÃO TOTAL (%)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	00,00	468.035,75	100,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>468.035,75</b>	<b>100,00</b>

### **V.III - Taxa de Administração**

Disciplinada em sede do Estado da Paraíba por intermédio da Lei n.º 12.166, de 04 de novembro de 2021, publicação DOE/PB de 05 de novembro de 2021, a qual altera a Lei n.º 7.517, de 30 de dezembro de 2003 – Lei da PBPREV – previu, em seu artigo 15 e parágrafos, taxa de administração de 2,0%, calculada sobre o valor total do somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao RPPS no exercício anterior, bem assim, as sobras de custeio administrativo apuradas ao final de cada exercício e rendimentos mensais por elas auferidos, a partir do Exercício seguinte à vigência da Lei em comento (2022), tudo para custeio das despesas correntes e de capital, inclusive conservação do patrimônio.

Os recursos relativos à taxa de administração são revestidos de regras e particularidades, tais como manutenção segregada dos fundos previdenciários, por meio de Reserva Administrativa, com contas correntes e contabilidade distintas dos recursos destinados ao pagamento de benefícios.

Segue composição das receitas da Taxa de Administração Exercício 2022.

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>RECEITAS</b>	<b>2022</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>73.906,75</b>

Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	73.906,75
Outras Receitas Correntes	0,00
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES</b>	<b>10.800.000,00</b>
Receita de Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	0,00
Receita de Serviços	10.800.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.873.906,75</b>

Já a composição das despesas da Taxa de Administração do RPPS no exercício de 2022 pode ser demonstrada nestes termos:

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE 2022 (R\$)</b>			
<b>ITENS DA DESPESA</b>	<b>CUSTEADA COM TRANSFERÊNCIA DO ESTADO</b>	<b>CUSTEADA COM FONTE PRÓPRIA</b>	<b>PARTICIPAÇÃO TOTAL (%)</b>
Pessoal e Encargos Sociais	00,00	5.732.796,78	54,14
Outras Despesas Correntes	0,00	4.774.797,39	45,09
Investimentos	0,00	81.503,00	0,77
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>10.589.097,17</b>	<b>100,00</b>

#### V.IV - Indicadores

##### FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO

<b>Grau dependência do Estado *</b>	<b>Passivo Fiscal</b>	<b>Passivo Previdenciário</b>	<b>Passivo Trabalhista</b>	<b>Valor Folha dos Inativos e Pensionistas Anual (R\$)</b>
64,23%	-	-	-	2.466.773.790,73

**SISTEMA DE PAGAMENTO DE MILITARES – SPSM/PB.**

Grau dependência do Estado *	Passivo Fiscal	Passivo Previdenciário	Passivo Trabalhista	Valor Folha dos Reformados e Pensionistas Militares Anual (R\$)
59,12%	-	-	-	509.338.926,39

**FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO**

Grau dependência do Estado *	Passivo Fiscal	Passivo Previdenciário	Passivo Trabalhista	Valor Folha dos Inativos e Pensionistas Anual (R\$)
-	-	-	-	468.035,75

FUNDO	RECEITA TOTAL (R\$)	TRANSFERÊNCIAS DO TESOUREO (R\$)
FINANCEIRO	890.333.276,79	1.598.406.534,24
SISTEMA MILITAR	208.391.879,51	301.405.040,13
CAPITALIZADO	192.101.939,56	-
TAXA ADMINISTRAÇÃO	10.873.906,75	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.301.701.002,61</b>	<b>1.899.811.574,37</b>

**V.V - Execução orçamentária**

O regime próprio de previdência do Estado tem sido marcado por déficits na execução orçamentária. Portanto, a exemplo da União e de muitos Estados da Federação, vive-se, no Estado da Paraíba, uma busca constante pelo atingimento do art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que consagra o equilíbrio das contas públicas como pressuposto para a gestão fiscal responsável. Vejamos o histórico da execução orçamentária:

**a) Exercício de 2013 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	715.757.100,20

Despesa Realizada	<b>1.455.821.994,92</b>
<b>Déficit</b>	<b>-740.064.894,72</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2013

#### **b) Exercício de 2014 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	<b>726.717.769,13</b>
Despesa Realizada	<b>1.613.187.711,33</b>
<b>Déficit</b>	<b>-886.469.942,20</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2014

#### **c) Exercício de 2015 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	<b>737.909.048,28</b>
Despesa Realizada	<b>1.752.755.222,34</b>
<b>Déficit</b>	<b>-1.014.846.174,06</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2015

#### **d) Exercício de 2016 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	<b>735.672.276,72</b>
Despesa Realizada	<b>1.851.863.715,46</b>
<b>Déficit</b>	<b>-1.116.191.438,74</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2016

#### **e) Exercício de 2017 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	<b>708.771.230,18</b>
Despesa Realizada	<b>1.988.211.949,63</b>
<b>Déficit</b>	<b>-1.279.440.719,45</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2017

**f) Exercício de 2018 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	710.842.906,52
Despesa Realizada	2.106.276.528,77
<b>Déficit</b>	<b>-1.395.433.622,25</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2018

**g) Exercício de 2019 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	728.936.674,00
Despesa Realizada	2.203.226.533,84
<b>Déficit</b>	<b>-1.474.289.859,84</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2019

**h) Exercício de 2020 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro e Fundo de Custeio do Sistema de Pagamentos de Militares – SPSM/PB**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	785.877.596,52
Despesa Realizada	2.412.838.313,57
<b>Déficit</b>	<b>-1.626.960.717,05</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2020

**i) Exercício de 2021 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro e Fundo de Custeio do Sistema de Pagamentos de Militares – SPSM/PB**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	900.024.586,03
Despesa Realizada	2.478.889.948,27
<b>Déficit</b>	<b>-1.578.865.362,24</b>

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2021

**j) Exercício de 2022 – Considerando o Fundo Previdenciário Financeiro e Fundo de Custeio do Sistema de Pagamentos de Militares – SPSM/PB**

NATUREZA	VALOR
Receita Arrecadada	1.098.725.156,30
Despesa Realizada	2.991.757.077,66

<b>Déficit</b>	<b>-1.893.031.921,36</b>
----------------	--------------------------

Fonte: Balanço Orçamentário da PCA 2022

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>DÉFICIT FINANCEIRO (R\$)</b>
<b>2013</b>	<b>-740.064.894,72</b>
<b>2014</b>	<b>-886.469.942,20</b>
<b>2015</b>	<b>-1.014.846.174,06</b>
<b>2016</b>	<b>-1.116.191.438,74</b>
<b>2017</b>	<b>-1.279.440.719,45</b>
<b>2018</b>	<b>-1.395.433.622,25</b>
<b>2019</b>	<b>-1.474.289.859,84</b>
<b>2020</b>	<b>-1.626.960.717,05</b>
<b>2021</b>	<b>-1.578.865.362,24</b>
<b>2022</b>	<b>-1.893.031.921,36</b>

Registre-se que, em termos qualitativos, a PBPREV tem buscado a adoção de procedimentos que facilitem a mensuração de resultados, adicionando caráter gerencial aos relatórios orçamentários e ao próprio orçamento (em termos de estrutura), prezando ainda pela fluente operacionalidade da execução orçamentária. Entrementes, adota-se o empenhamento de despesas com aposentadorias e pensões dentro da própria atividade de cada órgão ou poder.

A tabela acima revela que esta autarquia não tem conseguido alcançar a sustentabilidade. Em 2021, o grau de dependência em relação ao poder público atingiu o patamar de 63,64%. Vale dizer: de cada R\$ 100 que ingressaram para manter a unidade gestora R\$ 63,64 adveio de transferências financeiras do tesouro.

Registre-se que, em termos qualitativos, a PBPREV tem buscado a adoção de procedimentos que facilitem a mensuração de resultados, adicionando caráter gerencial aos relatórios orçamentários e ao próprio orçamento (em termos de estrutura), prezando ainda pela fluente operacionalidade da execução orçamentária. Entrementes, adota-se o empenhamento de despesas com aposentadorias e pensões dentro da própria atividade de cada órgão ou poder.



## VI – ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS

O Sistema de Protocolo da PBPREV - SISPROTO elenca os processos de atividades previdenciárias realizadas no ano referência de 2022, nas frentes de concessão de aposentadorias, reformas e pensões; revisão de benefícios previdenciários e manutenção respectiva.

### VI.I - Concessão e revisão de benefícios

Processos DEFERIDOS e PUBLICADOS – Exercício 2022:

<b>ASSUNTO</b>	<b>Qtde.</b>
<b>ABONO PERMANÊNCIA</b>	01
<b>APOSENTADORIA COMPULSÓRIA</b>	90
<b>APOSENTADORIA ESPECIAL</b>	02
<b>APOSENTADORIA POR IDADE</b>	04
<b>APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE</b>	42
<b>APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO</b>	859
<b>CANCELAMENTO DE APOSENTADORIA</b>	07
<b>CANCELAMENTO DE PENSÃO</b>	01
<b>MUDANÇA DE TITULARIDADE</b>	02
<b>PENSÃO PARA FILHO MAIOR INVÁLIDO</b>	65
<b>PENSÃO TEMPORÁRIA</b>	127
<b>PENSÃO VITALÍCIA</b>	730
<b>RETROATIVO DE APOSENTADORIA</b>	01
<b>REATIVAÇÃO DE PENSÃO</b>	01
<b>REAJUSTE DE APOSENTADORIA</b>	01
<b>REAJUSTE DE PENSÃO</b>	11
<b>REFORMA</b>	01
<b>RESSARCIMENTO DE DESCONTO PREVIDENCIÁRIO</b>	21
<b>REVERSÃO DE APOSENTADORIA</b>	02
<b>REVERSÃO DE QUOTA</b>	90
<b>REVISÃO DE APOSENTADORIA</b>	2309
<b>REVISÃO DE PENSÃO</b>	268
<b>TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA</b>	124
<b>SALÁRIO FAMÍLIA</b>	01
<b>SOLICITAÇÃO DE FICHA FINANCEIRA</b>	154
<b>SOLICITAÇÃO DE CÓPIA DE PROCESSO</b>	94
<b>SOLICITAÇÃO DE DEC. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO</b>	27
<b>PROCEDIMENTOS JUDICIAIS</b>	570
<b>ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA</b>	554
<b>TOTAL</b>	<b>6159</b>

## VII – CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP)

A manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP4 é imprescindível para a Administração Pública Estadual no geral, uma vez que tal certificação atesta que o ente federativo segue normas de melhor governança corporativa, habilitando o Estado da Paraíba para auferimento de receitas oriundas do Orçamento da União.

Nos termos do art. 7º da Lei n. 9.717/1998, a eventual perda do CRP acarreta graves punições ao Estado, como por exemplo, a impossibilidade de celebrar acordos, contratos, convênios e ajustes com a União ou ainda, de não poder receber empréstimos, financiamentos de órgãos ou entidades federais. Além disso, a ausência do Certificado implica na perda do direito de a PBPREV receber do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS recursos oriundos da compensação previdenciária.

O atual Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP foi emitido em 21 de novembro de 2022 e é válido até o dia 20 de maio de 2023.

## **VIII - CONCLUSÃO**

O quantitativo crescente de aposentados e pensionistas do RPPS estadual, com beneficiários inativos e pensionistas superando o número de segurados ativos, apresenta tendência deficitária de curto e médio prazos.

Destaque-se que as medidas de governança adotadas e o modelo de equacionamento de déficit financeiro e atuarial por intermédio de segregação das massas, além da instituição do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado da Paraíba, possibilitarão a redução da dependência da PBPREV em relação do Tesouro Estadual em longo prazo.

Concluindo-se o presente relatório, insta esclarecer que todos os membros da Diretoria Executiva da PBPREV e do Comitê de Investimento e o Presidente da PBPREV possuem certificação profissional de gestores RPPS e/ou gestores de investimentos de RPPS, conforme exigências da Legislação Federal de Responsabilidade Previdenciária.